

Sentidos, alcances e limitações da Intervisão Processual Longitudinal

Meanings, scopes and limitations of Longitudinal Procedural Intervision

Significados, alcances y limitaciones de la Intervención Procesal Longitudinal

Tânia Aldrighi Flake¹ , Andreza Vicentini Buzaid² , Carla Lam³ , Lazslo Antonio Ávila⁴ ,
Rosa Junqueira Corrêa⁵ , Rose Pompeu de Toledo⁶ 

Resumo: Este trabalho caracteriza-se como uma sistematização teórica e metodológica, que propõe o aprofundamento da concepção da Intervisão Processual Longitudinal (IPL), fundamentada na análise crítica de duas pesquisas-ação realizadas entre 2020 e 2024. A primeira focou no acompanhamento de trabalhadores de saúde mental na pandemia, e a segunda em intervenções psicossociais com famílias em situação de acolhimento, ambas alicerçadas nos referenciais da Psicanálise das Configurações Vinculares e dos Grupos Operativos de Pichon-Rivière. O processo de sistematização envolveu o resgate dos diários de campo, os registros das reuniões de intervenção e a análise das intertransferências, buscando identificar os elementos comuns que sustentaram a prática clínica e que permitiram a conceitualização da IPL. A IPL é apresentada como um dispositivo grupal horizontal e recursivo que analisa a intertransferência da equipe para transformar impactos emocionais em raciocínio clínico. A partir de vinhetas clínicas, demonstra-se como a IPL atua como suporte à saúde mental do coordenador e como ferramenta analítica para a produção de dados em pesquisa qualitativa. Discutem-se seus alcances, como o aprimoramento técnico, o suporte emocional e suas limitações, como a exigência de maturidade profissional e sustentabilidade institucional. Conclui-se que a IPL é uma metodologia flexível e potente para a formação permanente e para a condução ética e eficaz de processos grupais em contextos complexos.

Palavras-chave: intervenção, grupo, pesquisa-ação, intertransferência, psicanálise, intervenção processual longitudinal

Abstract: This study is characterized as a theoretical and methodological systematization that aims to deepen the conceptualization of Longitudinal Processual Intervision (LPI), grounded in the critical analysis of two action research studies conducted between 2020 and 2024. The first focused on supporting mental health workers during the pandemic, and the second on psychosocial interventions with families in foster care situations, both based on the frameworks of Link Psychoanalysis and Pichon-Rivière's Operative Groups. The systematization process involved the review of field diaries, records of intervention meetings, and the analysis of intertransferences, aiming to identify the common elements that sustained clinical practice and enabled the conceptualization of LPI. LPI is presented as a horizontal and recursive group-based device that analyzes team intertransference in order to transform emotional impacts into clinical reasoning. Through clinical vignettes, it is demonstrated how LPI functions both as support for the coordinator's mental health and as an analytical tool for data production in qualitative research. Its contributions are discussed, including technical refinement and emotional support, as well as its limitations, such as the requirement for professional maturity and institutional sustainability. It is concluded that LPI is a flexible and powerful methodology for continuing education and for the ethical and effective management of group processes in complex contexts.

Keywords: intervention, group, action research, intertransference, psychoanalysis, longitudinal processual intervention

¹ Psicóloga, Doutorado em Ciências da Saúde (USP), Especialista em Psicoterapia Familiar e de Casal (PUC-SP), Membro do NESME. E-mail: siberi01@uol.com.br.

² Psicóloga, Especialista em Psicodrama (PUC); Especialista clínica (CFP), em Psicanálise dos Vínculos: coordenação de grupos e grupoterapia (NESME); Membro do NESME. E-mail: andrezabuzaid@uol.com.br.

³ Psicóloga, Especialista clínica (CFP), Especialização em Psicologia da Infância (Unifesp) e em Psicanálise dos Vínculos: coordenação de grupos e grupoterapia (NESME); Membro do NESME. E-mail: carlalam72@gmail.com.

⁴ Psicólogo, Livre Docente da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, SP; Especialista em Psicologia Clínica e Institucional (CFP); Membro do SOS Brasil (FEBRAPS) e do NESME. E-mail: lazslo.a.avila@gmail.com.

⁵ Psicóloga, Psicanalista, Especialista em Psicossomática Psicanalítica (SEDES), Membro do NESME, Membro Filiada ao Instituto Durval Marcondes da SBPSP, Membro GBPS Ferenczi. E-mail: rosajunqueira7@outlook.com.

⁶ Psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica (PUC-SP), Especialista em Psicologia Clínica (CFP); Membro do NESME. E-mail: rptoledo@uol.com.br

Recebido em: 19/08/2025 | **Alterado em:** 23/02/2026; 20/04/2026 | **Aceito em:** 16/05/2026

Resumen: Este trabajo se caracteriza como una sistematización teórica y metodológica que propone profundizar la concepción de la Intervisión Procesual Longitudinal (IPL), fundamentada en el análisis crítico de dos investigaciones-acción realizadas entre 2020 y 2024. La primera se centró en el acompañamiento de trabajadores de salud mental durante la pandemia, y la segunda en intervenciones psicosociales con familias en situación de acogimiento, ambas sustentadas en los marcos de la Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares y de los Grupos Operativos de Pichon-Rivière. El proceso de sistematización involucró la recuperación de los diarios de campo, los registros de las reuniones de intervención y el análisis de las intertransferencias, con el objetivo de identificar los elementos comunes que sostuvieron la práctica clínica y que permitieron la conceptualización de la IPL. La IPL se presenta como un dispositivo grupal horizontal y recursivo que analiza la intertransferencia del equipo para transformar los impactos emocionales en razonamiento clínico. A partir de viñetas clínicas, se demuestra cómo la IPL actúa como soporte para la salud mental del coordinador y como herramienta analítica para la producción de datos en la investigación cualitativa. Se discuten sus alcances, como el perfeccionamiento técnico y el soporte emocional, así como sus limitaciones, entre ellas la exigencia de madurez profesional y de sostenibilidad institucional. Se concluye que la IPL es una metodología flexible y potente para la formación permanente y para la conducción ética y eficaz de procesos grupales en contextos complejos.

Palabras clave: intervención, grupo, investigación-acción, intertransferencia, psicoanálisis, intervención procesual longitudinal.

Os autores do presente artigo pertencem ao setor de pesquisas do Núcleo de Estudos em Saúde Mental e Psicanálise das Configurações Vinculares - NESME, dedicado ao estudo, à produção e ao compartilhamento de conhecimento. Até esse momento, foram desenvolvidas duas pesquisas de natureza qualitativa, do tipo pesquisa-ação, na concepção das ciências humanas, na busca de compreender determinado fenômeno em seus significados individual e coletivo (González-Rey, 2005). Ambas tiveram apoio no referencial teórico da Psicanálise Vincular, com destaque para as concepções de Pichon-Rivière (Pichon-Rivière, 2005), bem como na metodologia dos Grupos Operativos, constituindo um mesmo eixo teórico-metodológico orientador.

A primeira, denominada “Proposta de Intervenção Grupal para promoção da saúde mental dos trabalhadores dos CAPS e seus reflexos sobre a população atendida no contexto da pandemia de COVID-19”, realizada no período de 2020 a 2022, visava assegurar um acompanhamento continuado aos trabalhadores de saúde mental, como também propiciar maior resiliência e estímulo a soluções criativas e, conseqüentemente, possibilitar condições de um contato mais acolhedor e eficaz para uma população que vivenciava grande sofrimento durante a pandemia ou pelo agravamento dos transtornos mentais pré-existent.

A segunda, denominada “Famílias em risco: intervenção na dinâmica familiar para proteção, reintegração e desenvolvimento de vínculos”, ocorreu no período de 2022 a 2024, com o objetivo de realizar uma intervenção psicodinâmica com famílias em situação de acolhimento, acompanhadas por uma Vara da Infância e Juventude da cidade de São Paulo.

A partir dessas duas experiências de pesquisa-ação, sustentadas por um mesmo referencial teórico e metodológico, foi possível não apenas aprofundar a compreensão dos fenômenos investigados, como também construir, a partir da prática, uma proposta metodológica específica: a Intervisão Processual Longitudinal (IPL). Assim, a IPL não se apresenta como um modelo previamente dado, mas como um dispositivo que se constitui na interface entre teoria e experiência, sendo constituído no percurso das intervenções e na necessidade de sustentar, ao longo do tempo, processos reflexivos sobre a prática.

Desse modo, a proposta deste artigo é apresentar a IPL como uma construção metodológica derivada dessas experiências, evidenciando seus alcances, possibilidades e limites. Nesse contexto, torna-se fundamental delinear as bases conceituais da psicanálise das configurações vinculares, dos grupos operativos, das intertransferências e da intervenção, compreendidas como eixos que orientam tanto a leitura dos fenômenos quanto a condução das intervenções, e que constituem o solo a partir do qual a IPL se torna possível.

Fundamentos

Psicanálise das Configurações Vinculares

A psicanálise – ou as psicanálises, para sermos fiéis à pluralidade de teorizações pós-freudianas – nunca deixou de ser “filha de seu tempo”, pois se preocupa com a escuta e a singularidade do sofrimento que cada época engendra. Por isso, revisar o movimento de (re)construção teórica, clínica e investigativa torna-se um imperativo fundamental para o psicanalista sustentar sua postura ética diante do não saber, que está sempre posto quando nos encontramos diante dos inevitáveis impasses e das encruzilhadas colocadas pela clínica viva (Maia & Santos, 2025, p. 3).

A Psicanálise nasceu no campo clínico da relação bipessoal, mas desde Freud logo passou a se expandir para outras dimensões da experiência humana. O criador da psicanálise, sempre interessado na Cultura em sentido amplo, a aplicou a investigações no campo antropológico (Freud, 2012a/1913), social (Freud, 2011/1921, 2010/1930), estudos sobre a religião (Freud, 2014a/1927, 2010/1930), bem como no campo das manifestações artísticas (Freud, 2018/1939, 2015/1907, 2013/1910, 2012b/1914, 2014b/1928). Essas ampliações foram acompanhadas por seus seguidores, que expandiram o método psicanalítico para as psicoses, para os estudos da infância e para o trabalho com grupos e instituições.

Já, vínculo é um conceito proposto originalmente por E. Pichon-Rivière (1982), derivado das teorizações iniciais de Melanie Klein, seguidas pelos psicanalistas que conceberam a corrente conhecida como teoria das relações objetais. Na Argentina, esses estudos foram expandidos por autores como Berenstein e Puget (1993), que desenvolveram essas concepções no âmbito dos trabalhos institucionais e da psicoterapia familiar e de casal. Com a colaboração de diversos autores da América Latina, inclusive do Brasil, essa expansão da psicanálise para o campo grupal e social ganhou o nome de Psicanálise das Configurações Vinculares (Pichon-Rivière, 1982; Berenstein & Puget, 1993).

Inúmeros autores contemporâneos têm se filiado a essa corrente, entre os quais se destaca Kaës (1991, 1997, 2001). A instituição à qual essa equipe de pesquisadores pertence, o NESME, como seu nome explicita, dedica-se a esse estudo e à prática clínica.

A Psicanálise Vincular nos apresenta três espaços psíquicos articulados na produção de subjetividades. Berenstein e Puget (1993) os nomeiam como: espaço intrassubjetivo, que concerne ao sujeito e seus mecanismos egóticos e inconscientes; espaço intersubjetivo, interstício vincular que se dá sempre na presença de outro(s); espaço transsubjetivo, que diz respeito às representações do mundo social e da realidade comparilhada, as quais engendram um sentimento de pertença sociocultural (Moguillansky & Nussbaum, 2011).

Grupos Operativos

O grupo operativo é constituído de pessoas reunidas com um objetivo comum, chamado de grupo centrado na tarefa, cuja finalidade é aprender a pensar em termos de resolução das dificuldades criadas e manifestadas no campo grupal. Pichon-Rivière denominou grupos operativos como um instrumento de trabalho, um método de investigação e uma função terapêutica, promovendo o desenvolvimento ou a aprendizagem através da resolução dos problemas. Isso se daria através do pensamento crítico e da adaptação à realidade; visa possibilitar a modificação do indivíduo e do meio onde está através de uma interação dinâmica (Pichon-Rivière, 2005).

Segundo Pichon-Rivière (2005), essa técnica envolve:

- Tarefa manifesta: um objetivo comum definido pelo grupo a ser alcançado, podendo ser de aprendizagem, diagnóstico ou tratamento.
- Tarefa implícita: seria a análise da dinâmica interna do grupo, expressa através das relações que ocorrem entre os membros, as resistências e ansiedades que podem ocorrer durante o processo.
- Enquadre: Definição do funcionamento grupal em termos de tempo, duração, frequência, papéis definidos, como os do coordenador e dos participantes.

A aprendizagem que se dá em grupos operativos não se limita à aquisição de informações, mas envolve uma mudança no modo de pensar, agir e interagir com o mundo. É assim, um espaço de desenvolvimento pessoal e social, onde os participantes aprendem a lidar com suas dificuldades e as do grupo, a superar resistências, o que possibilita construir novos conhecimentos e formas de relacionamento. Através dos grupos operativos, alcança-se uma transformação tanto no indivíduo quanto no grupo, assim como nas formas de transformação da realidade (Pichon-Rivière, 2005).

No contexto em que trabalhamos, a concepção da intertransferência é fundamental para entender as dinâmicas grupais e as relações entre os membros de um grupo psicanalítico, proporcionando uma compreensão mais ampla das interações e dos processos psíquicos envolvidos.

Intertransferência

Em um trabalho anterior (Ávila et al., 2023), considerando a equipe de supervisores e a intervenção realizada em coordenação, recorremos ao conceito de intertransferência.

Para Kaës (2017), nos trabalhos em grupo, além dos fenômenos transferenciais e contratransferenciais, está presente a intertransferência. Esta diz respeito às transferências mútuas entre os analistas e aos efeitos que as transferências dos participantes dos grupos induzem em suas contratransferências. Assim, é necessária a análise intertransferencial definida como “a prática original e específica de elaboração, por uma dupla ou equipe de psicanalistas, de resistência à função psicanalítica em um dispositivo de grupo” (Kaës, 2017, p. 321). Esse trabalho de análise se dá sobre as alianças inconscientes, as formações narcísicas e os ideais comuns.

Ao referir-se ao trabalho psicanalítico em grupo, Castanho (2018, p. 230) adverte que este “não está garantido pela simples reunião de profissionais; é sem dúvida necessário que possam retirar algum prazer dessa atividade conjunta”. Porém, essa satisfação só pode se produzir se houver entre os membros da equipe uma certa estabilidade em suas relações afetivas, confiança no caráter benéfico de sua atividade e um espaço para o pensamento divergente.

Intervisão

Para contextualizar o uso do conceito de intervenção, é importante apresentar a evolução do termo, desde suas origens até sua diferenciação em relação a outras terminologias.

A revisão bibliográfica aponta influências importantes, como os Grupos Balint, fundamentados na psicanálise e voltados à reflexão sobre a relação profissional-paciente (Balint, 2017; Balint & Norell, 1998), e os processos reflexivos de Tom Andersen, que promovem a construção coletiva de significados por meio da alternância entre escuta e fala (Labs & Grandesso, 2017). Estudos também destacam esses e outros referenciais como base da prática de intervenção na formação em psicologia (Staempfli & Fairtlough, 2019; Brandão et al., 2020; Finkler et al., 2021).

Esses modelos compartilham uma estrutura com papéis definidos, como coordenador, equipe reflexiva e facilitador, e geralmente distinguem quem apresenta o caso dos demais participantes.

A supervisão, segundo a APA (2014), é uma prática formal, contínua e avaliativa, com foco no desenvolvimento de competências profissionais, na qualidade dos serviços e na proteção do público, sendo amplamente utilizada em contextos clínicos.

Já a intervenção é um conceito mais recente nas línguas portuguesa e espanhola, presente na área da educação como prática colaborativa entre docentes (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2020; Moreno & Orvalho, 2018). Embora relacionada à supervisão, distingue-se por sua natureza horizontal. Na literatura inglesa, termos como supervisão, consultoria ou aconselhamento entre pares são usados de forma intercambiável, mas nem sempre contemplam as especificidades da intervenção (Finkler et al., 2021).

A intervenção é compreendida como um dispositivo colaborativo entre pares, baseado na horizontalidade, na definição compartilhada de objetivos e na troca de experiências que favorecem reflexão, autoaprendizagem e desenvolvimento pessoal e profissional (Finkler et al., 2021). É aplicada em áreas como saúde, educação e diferentes campos da psicologia, sendo geralmente organizada em pequenos grupos (até seis participantes) com um facilitador responsável por estimular a circulação da fala e a construção de múltiplas perspectivas sobre uma mesma situação. A metodologia inclui, além do diálogo, o registro em diário de campo (Finkler et al., 2021).

Em linhas gerais, a intervenção é definida pelo modo de funcionamento do grupo, pelo processo que se dá a partir de papéis definidos; pela reciprocidade e pela reversibilidade de todos os papéis e pelo foco em situações da prática profissional, com a discussão entre os participantes centrada na aprendizagem (Ávila et al., 2023; Finkler et al., 2020; Saraiva et al., 2020).

O recurso da intervenção, empregado no presente estudo, foi ampliado para além da compreensão clínica, permitindo que todos os pesquisadores se envolvessem na situação vivida pelo grupo a cada intervenção e, do seu conjunto, oferecessem material aprofundado para a análise de dados das pesquisas propostas.

Em ambas as pesquisas, tínhamos como suporte a intervenção, um método de reflexão conduzido por pares. As concepções de Finkler et al. (2021) e de Wender (2010), tendo a psicanálise como referencial, sustentaram a nossa maneira de entender e praticar a intervenção, em que a horizontalidade e o ambiente acolhedor entre os participantes e a produção de conhecimento pela equipe permitiam a conexão entre a prática e a circulação de afetos e saberes. Destacamos a não utilização de “disparadores”, o uso do diário de campo, e ainda adotamos uma estratégia clínica baseada no referencial da psicanálise das configurações vinculares e dos grupos operativos.

Método

A proposta é uma sistematização teórico-metodológica, construída a partir da análise reflexiva de duas pesquisas-ação desenvolvidas no campo da saúde mental entre 2020 e 2024, na modalidade on-line. Ambas as pesquisas seguiram todos os procedimentos éticos e tiveram aprovação do Comitê de Ética com parecer nº CAAE: 58187722.3.0000.5415 em 10.05.2022.

A primeira investigação, com parecer nº CAAE: 39293220.4.3002.0086 em 10.05.2022 foi realizada com trabalhadores de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com foco nos efeitos psíquicos e institucionais do contexto pandêmico. Utilizou-se como recurso de intervenção a metodologia dos Grupos Operativos (GO) de discussão temática (Pichon-Rivière, 2005). Foram constituídos dois grupos de participantes, ocorrendo 24 sessões em cada um, durante seis meses de intervenção, os quais permaneceram coesos, interessados, participativos e produtivos.

A segunda, com parecer, CAAE: 39293220.4.3002.0086 em 04.01.2021 e 04.03.2021, envolveu o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade, no âmbito de articulações com o sistema de justiça. O projeto partia do princípio de trabalhar em rede, fortalecendo a articulação dos diferentes equipamentos, como Judiciário, Conselho Tutelar, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. O procedimento foi organizado em etapas evolutivas, com sessões semanais de 1h30 cada, num total de 12 encontros, prorrogáveis conforme a necessidade, por meio de intervenções psicossociais em psicoterapia familiar breve e do trabalho articulado com a rede social (Minuchin, 1999).

Os atendimentos foram conduzidos por dois psicoterapeutas/pesquisadores do NESME, integrantes da equipe, ao longo de todo o processo, ou seja, desde a entrevista com as equipes do Judiciário e demais equipamentos que acompanharam cada família até o processo de encerramento. Semanalmente acontecia a intervenção dos atendimentos com a participação de toda a equipe da pesquisa, como também na fase final da proposta de análise de dados. Cada dupla tinha o apoio de um terceiro membro da equipe de pesquisa, com

o intuito de ajudar na reflexão dos processos e participar de atividades relacionadas ao desenvolvimento do trabalho com cada família.

O desenho metodológico, os participantes, os procedimentos de coleta de dados e as análises qualitativas correspondentes à primeira pesquisa encontram-se detalhados na publicação original (Ávila et al., 2023).

No presente trabalho, esses resultados são retomados como base empírica para a elaboração teórica e a construção do modelo conceitual.

Desde o primeiro momento da concepção da pesquisa-ação das duas pesquisas, as reuniões semanais, com duração de 1h30, de intervenção tinham como objetivo estudar os fenômenos, traçar estratégias, compartilhar medos, angústias e dúvidas, possibilitando que o trabalho técnico desenvolvido pelas coordenadoras fosse subsidiado com a atenção qualificada para com sua própria saúde mental e, dessa forma, auxiliar na elaboração psíquica dos fatores emocionais emergentes na situação grupal. Cada uma das sessões dos dois grupos era apresentada na intervenção apoiada no relato do diário de campo. Assim, o grupo de pesquisadores pode participar coletivamente de toda a construção e intervenção grupal que estava ocorrendo.

A partir dessas experiências, identificamos a importância do processo que estava se configurando, no qual a intervenção oferecia uma forma diferenciada para a condução e sustentação dos trabalhos.

A metodologia da IPL foi sendo constituída como um mecanismo de validação por pares em tempo real. A convergência ou divergência de olhares entre a dupla de coordenação e a equipe de supervisores permitiu uma análise multifacetada dos fenômenos, reduzindo vieses individuais e aumentando a confiabilidade das interpretações qualitativas. As denominações incorporadas à intervenção retratam o processo em que os trabalhos foram conduzidos. O termo Processual significa que a análise não ocorria apenas ao fim da pesquisa, mas sim a análise de uma semana alimentava a estratégia da semana seguinte, enquanto longitudinal significa que o foco estava na transformação dos vínculos ao longo do tempo (2020 a 2024), e não em recortes isolados.

Do ponto de vista metodológico, a IPL configura-se como um dispositivo de produção de dados secundários que converte a experiência clínica em conhecimento científico. Enquanto o Grupo Operativo gerava os fenômenos primários, a IPL atuava como espaço de elaboração e de interpretação teórica. Através da sistematização dos registros de IPL e de uma análise temática fundamentada na Psicanálise Vincular, a intertransferência da equipe foi transformada em saber acadêmico. Esse fluxo garantiu a integração plena entre clínica e pesquisa ao longo dos quatro anos de acompanhamento longitudinal.

O processo de construção da Intervisão Processual Longitudinal (IPL) baseou-se na análise retrospectiva dos seguintes materiais:

- diários de campo produzidos após os atendimentos grupais
- registros das reuniões de intervenção
- narrativas clínicas das coordenadoras
- elaboração das dinâmicas transferenciais e intertransferenciais

A análise ocorreu de forma clínico-interpretativa, orientada pelos referenciais da psicanálise das configurações vinculares, buscando identificar:

- regularidades no funcionamento dos dispositivos de intervenção
- modos de manejo da contratransferência
- condições que sustentaram a continuidade da tarefa grupal em contextos de alta complexidade

A partir desse processo, foram extraídos e sistematizados os elementos constitutivos da IPL, compreendida como um dispositivo metodológico de sustentação clínico-institucional.

Como parte do procedimento analítico, foram selecionadas duas vinhetas clínicas derivadas das pesquisas mencionadas. Tais vinhetas não têm caráter meramente ilustrativo, mas constituem recortes da análise, na medida em que condensam situações nas quais a Intervisão Processual Longitudinal (IPL) se mostrou decisiva para a condução do trabalho.

A escolha das vinhetas seguiu critérios clínico-interpretativos, privilegiando situações de alta intensidade emocional, presença marcante de fenômenos transferenciais e intertransferenciais e momentos de tomada de decisão da equipe. Desse modo, elas permitem examinar, em situação, o funcionamento da IPL como dispositivo metodológico.

Vinhetas

1. Esse relato refere-se à pesquisa “Proposta de Intervenção Grupal para promoção da saúde mental dos trabalhadores dos CAPS e seus reflexos sobre a população atendida no contexto da pandemia de COVID-19”

Na terceira sessão do GO com as profissionais do CAPS, com 3 participantes apenas, elas relataram sensações de muita ansiedade e medo de morrer, tema que já vínhamos trabalhando. Estávamos num contexto de pandemia mundial, iminência e presença real de morte em torno de todos nós.

A coordenadora levou essa sessão para o grupo de intervenção, relatando estar completamente habitada contratransferencialmente, pelo medo de que o GO não sobrevivesse, que as participantes desistissem e que o grupo e, conseqüentemente, seu trabalho fracassassem. Mencionou o medo de decepcionar os colegas supervisores/pesquisadores, medo de “estragar a pesquisa e prejudicar todos”. Era uma sensação de impotência e de angústia.

Ao apresentar o relato do diário de campo dessa terceira sessão do GO e suas emoções ao grupo de intervenção, pouco a pouco foi auxiliada a pensar em como o medo de morte na vida real estava diretamente conectado ao medo de morte do GO. A intervenção permitiu nomear os fenômenos que se apresentavam e isso auxiliou a oxigenar e elaborar seus sentimentos contratransferenciais. A discussão possibilitou reconhecer que a coordenadora estava sentindo a impotência e a responsabilidade de fazer o grupo “dar certo”, mas se sentia invadida pelo desamparo existente em todos, devido ao trauma pandêmico que estávamos vivendo.

2. Esse relato refere-se à pesquisa “Famílias em risco: intervenção na dinâmica familiar para proteção, reintegração e desenvolvimento de vínculos”.

A equipe técnica da Vara da Infância e Juventude realizou o encaminhamento de uma família em situação de acolhimento há mais de seis anos, composta por quatro irmãos: J, 15 anos; W, 14 anos; B, 12 anos, acolhidos no mesmo Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA - e de N, 8 anos, em vias de adoção, em um SAICA diferente.

De acordo com o procedimento proposto, uma dupla de pesquisadoras realizou uma entrevista com a equipe do Judiciário. O histórico trazia informações de negligência da mãe com os filhos, suspeita de maus-tratos, abuso e envolvimento da mãe e dos irmãos mais velhos com o tráfico de drogas. Foi relatado um conflito da família com a Vara e o SAICA, inclusive com ameaças de retaliação em virtude do abrigamento de seus membros. Constatamos uma diferença de entendimento e de propostas entre as equipes da Vara e do SAICA em relação ao caso. Eram aventadas algumas possibilidades de acolhimento dos jovens por parte dos irmãos mais velhos, da família extensa, ou ainda de uma “guarda compartilhada” entre os irmãos e um dos membros da família. Foi uma longa entrevista, com muitas informações, e propusemos uma nova data para continuidade.

Após essa entrevista, as duas coordenadoras relataram o caso na intervisão. Existia impacto emocional diante do sofrimento vivido pelas crianças e adolescentes frente às situações de negligência, conflito e violência familiar. Ao mesmo tempo, era clara a dificuldade da intervenção breve para reintegração ao convívio familiar, visto não haver uma família configurada que pudesse se responsabilizar pelo cuidado desse grupo de irmãos. Também nos chamavam a atenção as divergências entre as instituições envolvidas. Era grande a sensação de impotência diante da complexidade do caso.

Na segunda entrevista com a equipe do Judiciário foram relatados alguns desdobramentos da situação. Estava em curso um processo de destituição do poder familiar e proibição de visitas dos genitores para os filhos acolhidos, mantendo as visitas das irmãs. N. provavelmente seria adotada pelos padrinhos. J. estava muito bem, aproveitando o que o SAICA proporcionava e pretendia ficar abrigado até a maioridade. A equipe manteve a solicitação da inserção dessa família na pesquisa e um dos motivos é que considerava que “não é justo B., que tem 12 anos, ficar abrigada até os 18”. Nessa entrevista, a dupla de coordenadoras fez colocações sobre como as crianças e adolescentes poderiam estar vivenciando essa experiência, o que pareceu surpreender a equipe técnica, e eles agradeceram a interlocução.

Na intervisão, entendemos que, naquele momento, a nossa proposta de atendimento não contemplava as necessidades da família. Ficou claro que, apesar do alinhamento inicial com a equipe do Fórum, de que as famílias a serem encaminhadas para o projeto de pesquisa fossem aquelas cuja situação legal estivesse definida, constatamos que os encaminhamentos foram feitos a partir das emergências judiciais.

A intervisão pôde trabalhar a relação contratransferencial da dupla com todas as partes envolvidas, como a família, a equipe do Judiciário e as demais instituições, definindo que a intervenção em psicoterapia familiar breve não deveria ser realizada.

Ao analisarmos transversalmente as duas vinhetas, percebemos que a IPL não operou apenas como um suporte técnico, mas como um suporte emocional. Em ambos os cenários, o grupo de intervisores funcionou como uma ‘memória auxiliar’ e um espaço de decompressão. Essa dinâmica permitiu que o sofrimento ético e a impotência inicial fossem metabolizados, gerando clareza para a condução, seja para insistir na vida do grupo (Vinheta 1), seja para reconhecer o limite da intervenção (Vinheta 2). É essa capacidade de transformar o impacto emocional em raciocínio clínico compartilhado que caracteriza a originalidade da IPL.

Destacamos a intertransferência como elemento presente na análise. Na Vinheta 1, a coordenadora teme decepcionar os colegas intervisores. Na Vinheta 2, a dupla sente o impacto da negligência familiar.

As vinhetas evidenciam que a intertransferência, as transferências mútuas entre coordenadores e intervisores, é o motor da IPL. Na primeira, trabalhou-se a exigência narcísica de ‘sucesso’ da pesquisa; na segunda, a ressonância do desamparo familiar na equipe. Isso demonstra que a IPL se propõe a cuidar de quem cuida, garantindo a ética do trabalho.

O alcance prático é um ponto crucial que conecta as duas: na Vinheta 1, a IPL deu fôlego para o grupo continuar e “sobreviver”. Na Vinheta 2, a IPL deu a segurança necessária para não intervir (o que é uma decisão clínica legítima e difícil).

A conexão fundamental entre as experiências reside na eficácia da IPL para a tomada de decisão. Enquanto no primeiro relato a IPL sustentou a continuidade do grupo em meio à crise, no segundo, ela legitimou a interrupção estratégica de uma proposta que não cabia à realidade daquela família. Assim, a IPL se prova como um recurso que protege a integridade do enquadre e a saúde mental dos profissionais.

Em ambos os casos, observa-se que a coordenação foi ‘capturada’ pelas ansiedades do campo, seja o trauma social da pandemia ou a fragmentação institucional do judiciário. A IPL funcionou como o

terceiro elemento que permitiu o distanciamento necessário para transformar a angústia em intervenção planejada.

A partir desses achados, torna-se possível avançar da descrição do processo para sua sistematização. A recorrência dos elementos identificados, tanto no plano técnico quanto no emocional, indica que não se trata de efeitos pontuais, mas da configuração de um dispositivo com lógica própria de funcionamento. É nesse contexto que se delinea a Intervisão Processual Longitudinal (IPL) como uma proposta teórico-metodológica.

Intervisão Processual Longitudinal

Na evolução do nosso trabalho, identificamos a originalidade da utilização da intervenção em dois sentidos complementares: como recurso eficaz para coordenadores de grupo em um processo contínuo de intervenção e como dispositivo de produção de conhecimento no âmbito da pesquisa qualitativa.

A IPL configura-se, assim, como um dispositivo que articula intervenção, reflexão e investigação, operando de forma processual e longitudinal. Seu funcionamento baseia-se na integração entre os espaços de prática (grupos e atendimentos) e os espaços de elaboração (intervisão), constituindo um fluxo contínuo entre experiência e análise.

Nesse sentido, a IPL pode ser descrita a partir de suas características centrais, de seu fluxo operativo e dos elementos que sustentam sua eficácia clínica e metodológica.

Para tanto iniciamos com a apresentação da comparação entre supervisão, intervenção e a IPL, conforme a Tabela 1, com o objetivo de explicitar as especificidades do dispositivo proposto. A tabela sintetiza diferenças quanto à função, posição dos participantes, direção do saber, temporalidade e finalidade do processo, permitindo situar a IPL no campo das práticas de acompanhamento clínico e formativo.

É desse conjunto que ampliamos o termo intervenção e apresentamos uma nova conceituação, denominada de Intervisão Processual Longitudinal - IPL, como um procedimento grupal horizontal que, a partir do raciocínio clínico, oferece aos membros do grupo suporte, qualificação, integração, reflexão e análise das intertransferências, com o objetivo de, através da união do pensar, do sentir e do agir, realizar um processo contínuo de intervenções transformativas e de produção de conhecimento.

É fundamental reconhecer que o modelo da IPL emergiu ao longo do desenvolvimento das duas pesquisas, sendo identificadas suas características únicas durante todo o processo de intervenção, incluindo os métodos utilizados desde a criação das propostas até a análise e geração do conhecimento. Compreendemos que se trata de um processo contínuo e evolutivo que, além de fomentar o crescimento profissional, também fortalece a habilidade de análise crítica e a cooperação entre os envolvidos.

Esses aspectos mostram como a IPL não se limita a um recurso técnico a ser implementado, mas sim a um conjunto de fatores acionados ao longo das situações e discussões práticas.

Uma das razões que permitem que a IPL se constitua como uma abordagem metodológica é a estreita ligação com os princípios que fundamentam a pesquisa qualitativa, o que favorece a produção do conhecimento durante o processo de intervenção e o desenvolvimento da interdisciplinaridade.

Desse ponto de vista, a IPL constitui um componente integral de uma concepção teórico-metodológica, em que o conhecimento não é gerado por meio da observação externa, mas emerge de uma refletividade coletiva sobre a prática. Consequentemente, o dispositivo funciona simultaneamente como um mecanismo de suporte clínico, um ambiente de treinamento e espaço formativo e laboratório de pesquisa, especialmente pertinente para o estudo de intervenções complexas, longitudinais e grupais.

Dito isso, na sequência detalhamos os elementos constitutivos da IPL, como o processo de configuração do grupo, as características da IPL e a sistematização de seu fluxo.

Tabela 1. *Prática Profissional Supervisão, Intervisão e IPL*

Dimensão de Comparação	Supervisão	Intervisão	IPL
Estrutura de Poder	Vertical/Hierárquica Baseada na relação mestre-aprendiz ou especialista-iniciante.	Horizontal Realizada entre pares de nível técnico semelhante.	Horizontal e Colaborativa Foco na grupalidade e na função de equipe de pesquisa.
Foco da Análise	Caso/Paciente O foco está no manejo técnico e na compreensão do objeto clínico.	Prática Profissional: O foco está na troca de experiências e no suporte mútuo diante de impasses.	O Processo Vincular Foco na intertransferência da equipe e na dinâmica longitudinal do grupo.
Temporalidade	Pontual/Demanda Geralmente focada em sessões específicas ou crises.	Frequente, episódica Reuniões regulares para discutir casos variados.	Contínua/Longitudinal Acompanha todo o ciclo da intervenção, do planejamento à análise final.
Conceito Central	Contratransferência Análise dos sentimentos do terapeuta em relação ao paciente.	Reciprocidade Troca de saberes e acolhimento emocional entre colegas.	Intertransferência Análise das transferências mútuas na equipe e efeitos da contratransferência grupal.
Papel na Pesquisa	Externo Raramente utilizada como fonte direta de dados científicos.	Acessório Pode gerar insights, mas não é o método principal de coleta.	Estrutural/Metodológico Funciona como ferramenta de coleta e análise para pesquisa qualitativa.
Objetivo Final	Qualificação do atendimento e controle de qualidade técnica.	Aprimoramento clínico por meio do diálogo.	Produção de conhecimento, suporte à saúde mental da equipe e eficácia transformativa.

Configuração do grupo

- **Composição do Grupo:** O grupo é composto pela equipe com dupla função, enquanto pesquisadores e coordenadores dos grupos operativos de intervenção.
- **Periodicidade e Duração:** As reuniões semanais, com duração de 1h30 após cada encontro grupal, constituem desde o início dos trabalhos, ou seja, desde a concepção, elaboração e implantação do projeto, bem como na análise do material coletado e na respectiva produção de conhecimento, como relatórios de pesquisa e artigos científicos.
- **Registro:** Cada encontro de pesquisadores acontece a partir dos registros de diário de campo, registros da intervenção e análises posteriores.
- **Reunião:** A reunião inicia com a atualização das atividades das coordenadoras dos grupos, para posterior relato do trabalho (diário de campo) e na sequência, abre-se para a circulação de afetos e saberes entre os pares. Os conteúdos são apresentados e numa elaboração coletiva e análise da intertransferência, promove os insights teóricos e técnicos que emergem das discussões
- **Fechamento:** O encontro se encerra com proposições e sínteses para os próximos encontros, quer com os grupos de intervenção quer com o grupo de supervisores.

Neste sentido é que a IPL foi se mostrando não apenas como um apoio, mas como uma etapa importante da análise de dados. Este material compôs o conjunto documental da pesquisa, permitindo o acompanhamento longitudinal das mudanças na dinâmica grupal e nas contratransferências da equipe.

Sistematização do Fluxo de Análise

- Etapa de Registro: Escrita do diário de campo imediatamente após a intervenção grupal, com foco em elementos transferenciais.
- Etapa de Apresentação: Relato oral da experiência no grupo de supervisores, priorizando a intertransferência (os sentimentos da dupla ou equipe).
- Etapa de Elaboração Coletiva: Discussão horizontal entre pares, utilizando o referencial de Pichon-Rivière para analisar a “tarefa implícita”.
- Etapa de Devolutiva: Formulação de estratégias clínicas e suporte emocional para a próxima sessão de intervenção.

Sentidos e alcance da IPL – Aplicações, Benefícios e limitações

A seguir, analisaremos as possibilidades de aplicação da IPL em diferentes esferas de atuação, bem como os benefícios advindos de sua prática e as limitações inerentes ao método. Esta análise visa compreender como a metodologia pode ser adaptada e implementada em diversos contextos profissionais e institucionais.

Aplicações

- Formação de Coordenadores de Grupo – o campo de maior interesse e aplicabilidade prática de nosso método reside nas instituições formadoras de coordenadores ou de psicoterapeutas de grupo, como o próprio NESME. Seria uma oportunidade singular para que alunos em processo de formação disponham de um grupo de supervisores, ao longo do período de formação, em forma de estágio, permitindo-lhes o contato com as diversas perspectivas integradas pelo trabalho grupal.
- Instituições de Ensino Superior: instituições educativas, como faculdades, cursos de Pós-Graduação, especialização, aperfeiçoamento, nas mais variadas áreas do conhecimento, podem empregar essa metodologia nas etapas finais de seus respectivos cursos.
- Associações profissionais: podem utilizar a IPL como estratégia de Educação Permanente para seus membros, promovendo a reciclagem de conhecimentos e atualização constante em campos que demandam ampla especialização.
- Campo da Saúde e Método Clínico: Finalmente, a IPL se mostra especialmente útil naquelas áreas da saúde que empregam o método clínico, onde a complexidade do objeto próprio demanda sempre maiores investigações e esclarecimentos. Psicanalistas, psicólogos, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, entre outros, podem ser amplamente beneficiados pela troca de modelos e perspectivas, tanto durante sua formação quanto no exercício profissional.

Os benefícios diretos que reconhecemos em nosso trabalho de Intervisão foram:

- Aprimoramento Técnico: Propicia o desenvolvimento da técnica pelos coordenadores, ampliando a capacidade de análise dos processos grupais, a compreensão dos fatores contratransferenciais envolvidos e maiores possibilidades de intervenção.
- Contenção Emocional: Proporciona suporte emocional das angústias vivenciadas nos momentos mais difíceis da coordenação, fortalecendo a resiliência e a capacidade elaborativa, especialmente nas crises e no transbordamento afetivo.
- Articulação Teoria-Prática: Promove a integração entre teoria e a prática clínica, aumentando a acuidade perceptual dos processos inconscientes e das perspectivas de interrelação entre os conteúdos presentes na sessão, em termos das dinâmicas individuais e grupais.

- **Expansão Interpretativa e Pesquisa:** Amplia as alternativas de interpretação do material clínico, possibilitando o desenvolvimento de novos recursos de pesquisa qualitativa, mediante a intensificação das trocas conceituais entre os membros da Intervisão.

Limitações de nossa metodologia.

- **Investimento:** Trata-se de um procedimento que demanda tempo considerável de trabalho dos profissionais, que possuam experiência no manejo de grupo, investimento que pode ser visto como um “recurso alto de investimento humano”.
- **Integração de Perspectiva:** A IPL exige a capacidade de articular olhares diversificados em interações significativas que envolvam o pensamento, o afeto e a ação.
- **Horizontalidade:** o funcionamento adequado de um grupo de supervisores depende de uma dinâmica essencialmente horizontal e não hierárquica. Isso requer um esforço permanente para superar o que Freud chamava de “narcisismo das pequenas diferenças”.
- **Maturidade Profissional:** Uma vez que cada profissional já adquiriu confiança e maestria, o compartilhamento demanda humildade e reconhecimento de que a tarefa grupal é maior do que os modelos pessoais de cada participante. Capacidades como ouvir, discutir, retomar, refazer, reconsiderar exigem uma grande dose de desenvolvimento pessoal.
- **Sustentabilidade Institucional:** A IPL requer uma retaguarda financeira e institucional que assegure as condições necessárias para sua manutenção a longo prazo.

Considerações finais

Consideramos que a IPL se configura como uma ferramenta potente, ainda pouco difundida entre especialistas em saúde mental. Em nossa experiência na modalidade virtual, o método permitiu uma análise aprofundada dos processos grupais, ao mesmo tempo em que ofereceu o “holding” necessário aos coordenadores, preparando-os para os próximos encontros. Nesse contexto, a intervenção constituiu-se como um espaço de sustentação, elaboração e revitalização mútua.

A modalidade on-line, além de minimizar as dificuldades de deslocamento, favoreceu o encontro entre coordenadores de grupos e supervisores, ampliando as possibilidades de oferta de trabalho para além das limitações regionais.

Nesse sentido, esperamos que a experiência aqui apresentada com a IPL, sustentada pelo referencial da psicanálise vincular, possa contribuir para o desenvolvimento e a consolidação de novos dispositivos de atuação no campo da grupalidade.

Referências

- American Psychological Association. APA. (2014) Guidelines for clinical supervision in health service psychology. <http://apa.org/about/policy/guidelines-supervision.pdf>
- Ávila, L. A., Buzaid, A. V., Flake, T. A., Junqueira, R., Lam, C., & Toledo, R. P. (2023). Intervisão como instrumento de pesquisa e produção de conhecimento em saúde. *Vínculo*, 20(1), 56–65. <https://doi.org/10.32467/issn.1982-1492v20n1a7>
- Balint, E.; Norell, J.S. (1998). Seis minutos para o doente: interações na consulta de clínica geral. 2 ed. CLIMEPSI.
- Balint, M. (2017). O médico, o seu doente e a doença. 2 ed. Ed. Atheneu.
- Berenstein, I., & Puget, J. (1993). *Psicanálise do casal*. Artes Médicas.

- Brandão, C., Saraiva, E., Silva, R., Mário, R., & Fraga, B. (2020). Supervisão e intervenção na psicologia das organizações e dos recursos humanos. *Instrumento: Revista Estudos e Pesquisas em Educação* (Juiz de Fora), 22 (2): 379-398. <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2020.v22.30807>
- Castanho, P. (2018). *Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituições*. Linear B.
- Finkler, L., Cunda, M. F., Giongo, C. D., Rosa, H. R., & Obst, J. (2021). Intervisão: Estratégia de formação profissional para o trabalho com famílias e comunidades. *Pensando Famílias*, 25(1), 112–126 http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000100010
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 18). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do Eu. In *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 15). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (2012a). Totem e tabu. In *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 11). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912–1913)
- Freud, S. (2012b). O Moisés de Michelangelo. In *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 11). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2013). Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci. In *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 9). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910)
- Freud, S. (2014a). O futuro de uma ilusão. In *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 17). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1927)
- Freud, S. (2014b). Dostoiévski e o parricídio. In *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 17). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1928)
- Freud, S. (2015). O delírio e os sonhos na Grávia. In *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 8). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1907)
- Freud, S. (2018). Moisés e o monoteísmo. In *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 19). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1939)
- González-Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios*. Pioneira Thomson Learning.
- Kaës, R. (1991). Realidade psíquica e o sofrimento nas instituições. In R. Kaës, J. Bleger, E. Enriquez, F. Fornari, P. Fustier, R. Roussillon, & J.-P. Vidal, *A instituição e as instituições: Estudos psicanalíticos*. Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo*. Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2001). *Um singular plural*. Loyola.
- Kaës, R. (2017). As condições metodológicas da pesquisa psicanalítica sobre os grupos. In *O aparelho psíquico grupal*. Ideias e Letras.
- Labs, M. S., & Grandesso, M. (2017). Processos reflexivos: ampliando possibilidades para terapeutas que atendem sem equipe. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(58), 98-113. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412017000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Maia, B. B., & Santos, M. A. (2025). Psicanálise vincular e o elogio aos impasses teórico-clínicos: Contribuições de Janine Puget para a compreensão das desilusões na clínica psicanalítica contemporânea. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 59(1), 147–162. <https://doi.org/10.69904/0486-641x.v59n1.12>
- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Artmed.
- Moguillansky, R., & Nussbaum, S. L. (2011). *Psicanálise vincular: Teoria e clínica* (Vol. 1). Zagodoni.
- Moreno, C.; Orvalho, L. (2018). Intervisão entre pares multidisciplinares no ensino profissional. In R. P. Lopes, M. V. Pires, L. Castanheira, E. M. Silva, G. Santos, C. Mesquita, & P. Vaz (Eds.). *III Encontro Internacional de Formação na Docência (INCTE): livro de atas*. (pp.673-683). Instituto Politécnico de Bragança. ISBN: 978-972-745-241-5 <http://hdl.handle.net/10400.14/26652>

- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2020). Recomendações para a Prática de Intervisão em Psicologia. OPP. https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/recomendaa_a_es_para_a_pra_tica_de_intervisa_o_em_psicologia.pdf
- Pichon-Rivière, E. (1982). *Teoria do vínculo*. Martins Fontes.
- Pichon-Rivière, E. (2005). *O processo grupal*. Martins Fontes.
- Saraiva, E., Silva, R., Fraga, B., Mário, R., & Brandão, C. (2020). Supervisão e intervenção na psicologia das organizações e dos recursos humanos. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, 22(2), 379–398.
- Staempfli, A. & Fairtlough, A. (2019) 'Intervision and professional development: an exploration of a peer-group reflection method in social work education'. *The British Journal of Social Work* 49 (5) 1254-1273
- Wender, L. (2010). Intervisión: Un concepto acerca de la supervisión. *Psicoanálisis*, 32(2–3), 203–206. <https://www.psicoanalisisapdeba.org/descriptores/supervision/intervision-un-concepto-acerca-de-la-supervision/>